

**HABEAS CORPUS Nº 466.798 - GO (2018/0222589-7)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : JOAO BATISTA ALVES BEZERRA E OUTRO**  
**ADVOGADO : SILVANA PAULA GOMES - GO037682**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : KATIA DE SOUSA PEREIRA (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARTS. 12 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI N. 10.826/2003. REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DO COMETIMENTO DE OUTRO DELITO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

*Writ* prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em nome de **Katia de Sousa Pereira**, presa em flagrante delito no dia 21/9/2017 e denunciada, ao lado de Júlio César Martins de Aguiar Ramos, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e nos arts. 12 e 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 (Processo n. 201702312342 ou 231234-63.2017.8.09.0076, da 1ª Vara da comarca de Iporá/GO).

Aponta-se constrangimento ilegal decorrente do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás no HC n. 73314-26.2018.8.09.0000 (201890733148), nos termos desta ementa (fl. 41):

*HABEAS CORPUS*. ARTIGOS 33 E 35, AMBOS DA LEI DE DROGAS E ARTIGOS 12 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03. REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR FACE AO COMETIMENTO DE OUTRO DELITO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DA PRISÃO DOMICILIAR E OUTRAS CAUTELARES DO ARTIGO 319 DO CPP. 1. Havendo o descumprimento das condições impostas quando da concessão da prisão domiciliar, tendo o paciente descumprido as regras impostas e praticado outra infração penal, o juiz, de ofício ou mediante provocação, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do artigo 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal, conforme a dicção do artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal. 2. Não comprovado nos autos ser o paciente o único

responsável pelos cuidados especiais do filho menor - inciso III, do artigo 318 do Código de Processo Penal -, não há que se falar em prisão domiciliar. ORDEM DENEGADA.

Menciona-se, em suma, que a paciente obteve, em 28/11/2017, prisão domiciliar, com base no art. 318, V, do Código de Processo Penal, mas, no dia 24/3/2018, teria aparecido *ironicamente uma suposta caixa de sapato lacrada com entorpecente dentro*, no portão de sua casa, o que ensejou a revogação do benefício (fl. 4).

Argumenta-se que a paciente é mãe de três filhos menores, o mais novo de 9 meses de idade, e que deve ser observado o princípio da proteção integral da infância e juventude, garantindo a prioridade absoluta aos direitos das crianças e adolescentes.

Requer-se a concessão de medida liminar para que seja revogada a custódia preventiva, com a imediata expedição de alvará de soltura em nome da paciente.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 54/56).

Prestadas as informações (fls. 60/71), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 74/81).

É o relatório.

O *writ* perdeu seu objeto diante de substancial alteração fático-processual.

Isso porque as informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de Goiás noticiam que, em 12/11/2018, nos autos da Ação Penal n. 231234-63.2017.8.09.0076 (201702312342), foi proferida sentença penal condenatória. Consta, ainda, nos autos do HC n. 488.582/GO (conexo a este feito), informações prestadas pelo Magistrado singular confirmando que a paciente foi condenada à pena de 17 anos, 11 meses e 15 dias de reclusão, e

1.859 dias-multa, bem como a 1 ano e 3 meses de detenção, e 75 dias-multa, em regime inicialmente fechado.

Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

*Afinal, a prolação de sentença condenatória em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente, ocasião em que a adequação da medida cautelar imposta foi reexaminada à luz de um espectro fático-processual de maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria* (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *writ*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator